



Políticas públicas de inovação e empreendedorismo:

o programa Start-up Brasil

Andressa Benvenuto Radaelli

Universidade Federal do Paraná, Brasil
andressaradaelli@hotmail.com

Antonio Eduardo Kloc

Universidade Federal do Paraná, Brasil
eduardo.kloc@ifpr.edu.br

Karla R. Brunaldi

karla.brunaldi@gmail.com

Marcelo Vargas

Universidade Federal do Paraná, Brasil
marcelo.vargas@unespar.edu.br

RESUMO

Busca-se analisar as possibilidades de desenvolvimento do empreendedorismo inovador no Brasil, com base na criação de empresas nascentes de base tecnológica (startups) no período entre 2011 e 2015. Período marcado por diferentes políticas com foco no desenvolvimento educacional, de infraestrutura e industrial no País. Neste cenário, o objetivo deste artigo é apresentar uma análise do "Programa Start-Up Brasil", para avanços no empreendedorismo nacional. O trabalho compreende em uma pesquisa descritiva, com corte temporal ex post facto, apoiado em análise qualitativa e quantitativa a partir de dados secundários. Observou-se, a partir dos dados analisados e evidências empíricas, que houve por parte do poder público buscas por mecanismos de apoio   inovação e ao empreendedorismo e que, de forma incipiente, o Brasil avançou nesse cenário. Todavia, ainda permanecem lacunas e inúmeros desafios para um efetivo desenvolvimento de políticas públicas para o empreendedorismo inovador no país. Os estudos que envolvem desenvolvimento econômico por meio de ações empreendedoras apresentam uma trajetória inicial com possibilidades de crescimento em publicações e pesquisas científicas. Isso remete à necessidade de diversificação e busca por análises em sistemas setoriais de inovação. Os avanços necessários para o crescimento econômico e social exigem ações em áreas econ micas que fomentem o desenvolvimento de novos produtos, bens e serviços como forma de promover o empreendedorismo inovador.

Palavras-chave: empreendedorismo, inovação, políticas públicas, Start-Up Brasil.

Innovation and entrepreneurship public policies: the Start-up Brazil program

Abstract

It seeks to analyze the possibilities of development of innovative entrepreneurship in Brazil, based on the creation of technology-based startups) between 2011 and 2015. Period marked by

different policies focusing on educational development, of infrastructure and industry in Brazil. In this scenario, the aim of this article is to present an analysis of the “Start-Up Brazil Program”, for advances in national entrepreneurship. The work comprises a descriptive research, with ex post facto time cut, supported by qualitative and quantitative analysis from secondary data. It was observed in the sources analyzed and empirical evidence, that the government searches for mechanisms to support innovation and entrepreneurship and that, incipiently, Brazil advanced in this scenario. However, there are still gaps and numerous challenges for the effective development of public policies for innovative entrepreneurship in the country. Studies involving economic development through entrepreneurial actions present an initial trajectory with possibilities for growth in scientific publications and research. This refers to the need for diversification and search for systems analysis in sectoral innovation systems. The necessary advances for economic and social growth require actions in economic areas that foster the development of new products, goods and services as a way to promote innovative entrepreneurship.

Keywords: entrepreneurship, innovation, public policy, Start-Up Brasil.

INTRODUÇÃO

A necessidade de pesquisas com foco em políticas públicas que fomentem o desenvolvimento tecnológico e industrial, bem como o aperfeiçoamento de produtos e serviços por meio do empreendedorismo representa uma realidade. Uma abordagem recente, sobre esse processo, tratada por Melo et al (2015) leva em conta o papel do Estado em parceria com o setor privado. Se o país possui um setor privado que desenvolve e produz soluções tecnológicas, capaz de interagir com o Estado por meio de diferentes políticas públicas, em busca de parcerias para realização de investimentos e inovações, segundo os autores, este cenário pode apresentar condições necessárias para o desenvolvimento econômico.

Como consequência, ao longo dos últimos quinze anos, o Brasil tem realizado ações na tentativa de avançar no desenvolvimento de políticas industriais e de apoio ao empreendedorismo inovador. Freire et al (2017, p. 07) destacam que “foram criados diferentes programas que diretamente ou indiretamente contribuem para o desenvolvimento de empresas iniciantes e pequenas que desejam inovar”. Destacam-se, neste cenário a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), lançada em 31 de março de 2004 e originou a Lei de Inovação (Lei nº 10.973), em 2004, a Lei do Bem (Lei nº 11.196) de 2005. Após, seguiram o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI) de 2007, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) em 2008 e o mais recente, o Plano Brasil Maior (PBM), em 2011.

O PBM representou uma política industrial que reuniu um conjunto de medidas para apoio e fortalecimento da competitividade do setor produtivo brasileiro, por meio do investimento e estímulo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico (RELATÓRIO PBM, 2011-2014). No conjunto de ações relativas ao incentivo houve a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI - 2012-2015), que constituiu a base dos estímulos à inovação do PBM e foi organizado com o Programa Estratégico de Software e Serviços em Tecnologia da Informação (TI Maior).

O programa TI Maior integrou ações de incentivo, fomento e financiamento à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias avançadas, baseado em cinco eixos: 1) Desenvolvimento

Econômico e Social; 2) Posicionamento Internacional; 3) Inovação e Empreendedorismo; 4) Produção Científica, Tecnológica e Inovação; e 5) Competitividade (TI MAIOR, 2015). Consideramos para este estudo, o “Programa Start-Up Brasil”, integrante do eixo Inovação e Empreendedorismo.

O Programa Start-Up Brasil teve como objetivo, acelerar o desenvolvimento de empresas nascentes de base tecnológica (startup). Lançado em 2012 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), com gestão da Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex)¹, contemplou projetos de pesquisa e desenvolvimento em TI ligados a diversos segmentos, como educação, saúde, agronegócio, biotecnologia, varejo e logística. Além de recursos financeiros, as empresas selecionadas são abrigadas em aceleradoras², onde recebem treinamento, mentoria e apoio ao desenvolvimento do negócio (STARTUPI, 2018; MCTIC, 2018).

Neste contexto, o objetivo deste artigo é apresentar uma análise do “Programa Start-Up Brasil”, visto como uma política pública de incentivo ao fortalecimento do empreendedorismo inovador no Brasil.

Como forma de estruturar o artigo, o texto está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção apresentamos uma breve revisão da literatura sobre empreendedorismo e inovação, bem como a constituição do Programa TI MAIOR e do programa foco deste estudo, o Start-Up Brasil. Na terceira seção são abordados os procedimentos metodológicos adotados. Na quarta seção realizamos a análise dos principais resultados referentes ao programa Start-Up Brasil. Por fim, apresentamos as considerações finais a respeito do estudo.

EMPREENDEDORISMO E POLÍTICA DE INOVAÇÃO

Desde as publicações de Joseph Schumpeter, que tratou do empreendedor e seu impacto sobre a economia, o desenvolvimento econômico passou a ser analisado sob a perspectiva da inovação e sua relação com o empreendedorismo (CICCONI, 2013). Portanto, as origens da discussão sobre inovação têm como base as contribuições de Schumpeter que enfatizou a importância da inovação como motor do desenvolvimento econômico (SOUZA, 2017).

Schumpeter consolidou o conceito de empreendedorismo, ao relacioná-lo à inovação (SCHUMPETER, 1984). Assim, o empreendedor, aquele que promove atividades inovadoras, desenvolve novos processos, modifica determinado setor ou ramo de atividade, cria um novo ciclo

¹ É uma Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIPI) que desenvolve ações para promover a melhoria da competitividade da Indústria Brasileira de Software e Serviços de TI (IBSS), bem como a disponibilidade de recursos humanos qualificados, tanto em tecnologias como em negócios (SOFTTEX, 2018).

² As aceleradoras são organizações que auxiliam no desenvolvimento de novas empresas, por meio da capacitação, mentoria, investimento e networking, em um período limitado de tempo, para sobreviverem em um mercado competitivo (VIA ESTAÇÃO CONHECIMENTO – UFSC, 2018).

de crescimento que pode promover uma ruptura no fluxo econômico contínuo (SCHUMPETER, 1982).

O empreendedorismo é um processo de iniciar e continuar a expandir novos negócios. Segundo Schumpeter (1984), o empreendimento é o elemento principal que define e mantém o funcionamento do motor do capitalismo. Assim, o empreendedorismo impacta no crescimento econômico, no qual sua qualidade e seu nível refletem nas questões econômicas das comunidades, indústrias, regiões e países. Pode ser considerado, portanto, como “qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou de nova iniciativa, tal como emprego próprio, uma nova organização empresarial ou a expansão de um negócio existente, por um indivíduo, equipe de indivíduos, ou negócios estabelecidos” (CICCONI, 2013, p.01).

Deste modo, quando os formuladores de políticas promovem políticas de incentivo ao empreendedorismo estão impactando a economia. Por isto, segundo Hart (2003), a política de empreendedorismo deve ter abrangência nos níveis de governo nacional, regional e local, desde atividades de baixa tecnologia até as de alta tecnologia. O governo além de realizar as políticas regulatórias também deve estimular parcerias de desenvolvimento econômico. Flory, Andreassi e Teixeira (2013) destacam que políticas públicas de apoio ao empreendedorismo precisam mirar a educação empreendedora desde o ensino fundamental, de maneira que aumente a qualidade e quantidade de aspirações, atitudes e atividades empreendedoras.

Logo, a política de empreendedorismo tem como objetivo promover um nível social ideal para determinado empreendimento. Para que as empresas viabilizem este objetivo e continuem a expandir seu negócio é preciso incrementar novidades e dinamismo através de inovações tecnológicas. A inovação expande o produto, economiza capital, trabalho e recursos naturais e cria novas capacidades e aprendizado.

Lundström e Stevenson (2005) definem a política pública de empreendedorismo como ação governamental voltada às fases iniciais do processo de empreendedorismo, criadas e implementadas para lidar com aspectos que envolvem três fatores cruciais: a) motivação; b) habilidade e c) oportunidade.

Seguindo essa perspectiva baseada em parte nas dimensões propostas por Lundström e Stevenson (2005), Audretsch e Beckmann (2007) definem a política pública de empreendedorismo como uma tentativa deliberada do Estado, por meio de incentivos, para criar uma “economia empreendedora” ou em outras palavras como um mecanismo para estimular o crescimento econômico, geração de emprego e competitividade. Uma economia baseada em conhecimento, inovação e criatividade, na qual cada vez mais novas empresas são criadas para explorar oportunidades em mercados cada vez mais abertos.

Neste sentido, as políticas de inovação devem ser focadas nas empresas e nos sistemas nacionais de inovação. Estes são organizados com o intuito do Estado coordenar e executar políticas de longo prazo para o desenvolvimento da economia e das empresas. Assim, o governo

estabelece padrões e normas técnicas, e se utiliza destes instrumentos para incentivar e promover a P&D. Com isto, busca através do gasto/fomento público estimular o gasto privado e a competitividade (PACHECO E ALMEIDA, 2013).

Desta forma, a política de empreendedorismo deve ser implementada juntamente com o apoio/suporte de outras políticas, a fim de que juntas possam amparar/motivar o empreendedor em seu negócio. Segundo Souza et al. (2016), a informalidade retrata a falta de confiança no papel do Estado e uma compreensão limitada dos benefícios da segurança social. Destarte, é preciso políticas públicas inovadoras que possam reduzir os custos da formalização, incentivar investimentos em educação, formar empreendedores e impulsionar o empreendedorismo. Os autores citam que nas últimas décadas o governo brasileiro identificou como fundamental as políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo como gerador de postos de trabalho formal pelos pequenos empreendimentos e melhoria na renda.

Consequentemente, a inovação é considerada elemento fundamental na política de empreendedorismo e desempenha um papel de destaque na dinâmica de crescimento da economia, bem como fator chave para o sucesso das empresas. Muitas vezes, as análises relacionadas com desenvolvimento econômico negligenciam a importância da atuação de startups (novas empresas), seu poder de inovação e de concorrência (CICCONI, 2013).

Assim, entender o fenômeno do empreendedorismo possibilita identificar oportunidades para a geração de ganhos econômicos através da criação de novas organizações e de novos produtos, ou seja, por meio da inovação. As características do empreendedorismo inovador incluem aqueles de alto impacto, que desenvolvem atividades intensivas em conhecimento, os inovadores disruptivos e os corporativos e intracorporativos em médias e grandes empresas, ou intraempreendedores (MDIC, 2012). O País mantém dezenas de programas que favorecem o empreendedorismo inovador e os pequenos negócios, dentre eles está o objeto de análise deste artigo, o “Programa Start-Up Brasil”.

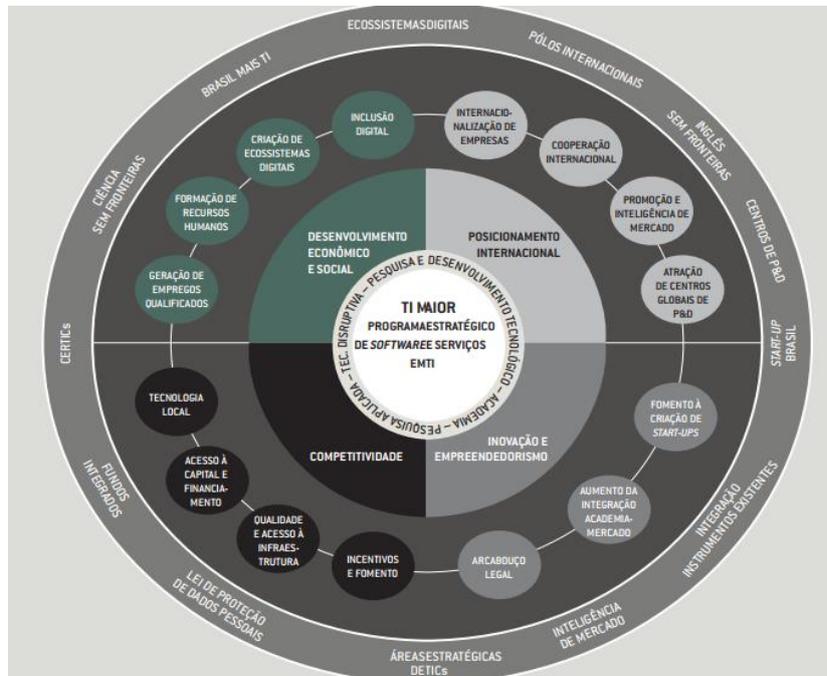
ESTRATÉGIA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (2012-2015)

O MCTIC apresentou, em 20 de agosto de 2012, o Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação, também chamado de TI Maior. Este programa integrou diferentes ações de incentivo, fomento e financiamento à pesquisa e desenvolvimento em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e relacionou estas ações com diferentes propostas para integrar a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (2012-2015) (MCTIC, 2012).

O Programa TI Maior foi estruturado com base em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, com diretrizes para a integração e articulação de programas, políticas, incentivos, ferramentas, mecanismos de fomento e ações já existentes. Este programa foi estruturado em quatro eixos (Figura 1) e definiu metas que seriam cumpridas até 2022 com foco no aumento de exportações do setor e a participação de TI no PIB nacional, bem como geração de empregos

qualificados. Neste cenário, os seguintes objetivos foram definidos: (i) fortalecer o setor de software e serviços de TI no país, na concepção e desenvolvimento de tecnologias avançadas, (ii) criar empregos qualificados no país, (iii) apoiar a geração de empresas de base tecnológica, e (iv) fomentar a pesquisa avançada aplicada, fortalecendo a ligação de grupos de pesquisas e empresas (MCTIC, 2012).

Figura 1 – Plano TI Maior



Fonte: MCTIC (2012).

Como forma de prover o fomento da política industrial e tecnológica, algumas ações foram, dentro da estratégia, direcionadas buscando a eficiência econômica, com foco no aperfeiçoamento dos conhecimentos estratégicos em direção às oportunidades e desafios dos setores produtivos no contexto global.

Para atingir o desenvolvimento econômico e social, a proposta do programa era transformar a TI em alavanca para o desenvolvimento econômico e social no país, com foco em programas específicos como:

a) Criação de ecossistemas digitais: esta ação buscou promover a integração de núcleos de pesquisa em torno do segmento de software e serviços de TI em setores estratégicos, para o desenvolvimento de soluções de alta complexidade e impacto econômico e social, inseridos em setores econômicos estratégicos ou portadores de futuro. A proposta segue com a criação de centros de pesquisa, com apoio direto ao P&D empresarial e formação de redes acadêmicas e empresariais em torno de grandes desafios existentes nos ecossistemas criados (IPEA, 2017).

b) Educação Brasil Mais TI: foi criado com o objetivo de formação e capacitação de 50 mil novos profissionais até 2014. Este projeto foi estruturado em três eixos da formação profissional: conhecimento, capacitação e oportunidades (MCTIC, 2012).

Como o objetivo de fomentar avanços em diferentes setores de inovação e geração de emprego, além destas ações, a estratégia teve como meta o desenvolvimento de TICs para atender a demanda dos mercados nacional e internacional. Como exemplos práticos foram criados os “Polos Internacionais”, com foco na instituição de pontos de presença internacional localizados em mercados alvo, em diferentes centros de negócios e representações diplomáticas, fornecendo serviços de inteligência de mercado, de promoção comercial e de desenvolvimento da capacidade de internacionalização. Outro exemplo de programa foi a “Inteligência de Mercado”, com objetivo de fomentar as relações com o setor privado, detalhando informações estratégicas sobre determinado setor, proporcionando relatórios estratégicos, por meio de redes para geração de informações (SOUZA, 2014).

As ações voltadas para a Inovação e Empreendedorismo concentraram-se na criação de empresas inovadoras de base tecnológica, chamadas de startups, além de medidas para aumentar a integração entre universidades e o ambiente corporativo, buscando melhorias na produção científica e inovação aplicada. Outra proposta deste eixo foi a criação de um marco regulatório para viabilizar a execução dos programas e medidas anunciadas pelo Governo, bem como a necessidade de estruturação de uma agenda política para o novo marco regulatório competitivo, mediante o aperfeiçoamento da legislação brasileira e de novos mecanismos, com a finalidade de fomentar o setor, tais como: cumprimento da Lei nº 8.248/91 ou Lei de Informática (BRASIL, 1991) e da Lei nº 11.196/05 ou Lei do Bem (BRASIL, 2005) para a geração de startups; proposição de possibilidades para exportação de software e serviços e incentivos fiscais para capital empreendedor; aperfeiçoamento da legislação acerca de propriedade intelectual; e implementação de possibilidades para atração e fixação de recursos humanos internacionais especializados (MCTIC, 2012; CNI, 2016).

Neste cenário, como exemplo o programa Start-Up Brasil, com a proposta de acelerar o desenvolvimento de empresas nascentes de base tecnológica. O Start-Up Brasil concentrou esforços na estruturação de uma rede de mentores e investidores, financiamento para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), consultoria tecnológica e de mercado, infraestrutura, parcerias com universidades, institutos de pesquisa e incubadoras, articulação com grandes companhias nacionais e internacionais, além de programas de acesso a mercado e compras públicas. Assim, este programa buscou alavancar a aceleração de um número crescente de startups nos anos em que as empresas foram atendidas, inserindo no mercado local e internacional novos produtos e serviços, conectando empresas de base tecnológica com tendências e mercados globais, bem como proporcionou parcerias entre o governo e iniciativa privada. A principal meta foi acelerar 150 startups de software serviços de TI até 2014, sendo 25% de startups internacionais localizadas no Brasil, com recursos previstos de R\$ 40 milhões (MCTIC, 2012).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No intuito de apresentar uma análise do “Programa Start-Up Brasil”, visto como uma política pública de incentivo ao fortalecimento do empreendedorismo inovador no Brasil, delineamos este estudo como descritivo, com corte temporal *ex post facto*, apoiado em análise qualitativa e quantitativa a partir de dados secundários.

Inicialmente, revisitamos obras e trabalhos científicos relacionados aos temas empreendedorismo e inovação (Audretsch e Beckmann (2007); Flory, Andreassi e Teixeira (2013); Freire et al (2017); Hart (2003); Lundström e Stevenson (2005); Melo et al (2015); Schumpeter (1982;1982); entre outros) para então compreender o fenômeno políticas públicas de empreendedorismo de inovação.

Em seguida, fomos a campo, por meio de uma pesquisa documental em endereços eletrônicos do Governo (MCTIC, MRE, IPEA, IBGE, DIEESE) e outras entidades (ABStartups, Acestartups, Softex, Startupi, Sebrae, CNI), para entender as políticas públicas brasileiras que favorecem o empreendedorismo inovador e os pequenos negócios. Dentre as diversas políticas desenvolvidas nos últimos 15 anos, destacamos o TI Maior, especificamente o eixo Inovação e Empreendedorismo, dando ênfase para o “Programa Start-Up Brasil”.

Posterior a isso, identificamos os relatórios publicados pelas entidades envolvidas no “Programa Start-Up”. Como critério de análises, adotamos a metodologia proposta por Bardin (2011) que consiste em: pré-análise, na qual realizamos uma triagem preliminar dos dados e das informações constantes nas páginas visitadas; exploração do material, consistindo na leitura cuidadosa dos conteúdos selecionados; tratamento e interpretação dos dados, etapa na qual definimos as categorias analíticas para, num segundo momento, cruzar e sistematizar os dados.

A pesquisa buscou, ao fim, identificar por meio de avaliação comparativa (cruzamento dos dados coletados), o número e a distribuição geográfica das aceleradoras e startups participantes do Programa das Turmas 1 a 4, bem como a divisão por gênero na constituição das empresas, as soluções propostas para quais tipos de setores da economia, os investimentos realizados tanto pelo Governo Federal quanto por parte das aceleradoras e novos investidores, e o estágio de desenvolvimento das empresas pertencentes ao programa.

RESULTADOS E ANÁLISE DAS STARTUPS NO BRASIL

Uma startup é um grupo de pessoas à procura de um modelo de negócios repetível e escalável, trabalhando em condições de extrema incerteza, mas que conseguem crescer rapidamente e gerar lucros cada vez maiores. Por sua vez, as empresas de alto crescimento são aquelas que ampliam o número de funcionários em ao menos 20% ao ano, por um período de três anos. Portanto, ligando os dois conceitos podemos entender a ideia das startups no Brasil (EXAME, 2018; G1, 2018)

As empresas de alto crescimento correspondiam, em 2014, a 31,2 mil estabelecimentos e possuíam 4,5 milhões de pessoas assalariadas e pagaram R\$ 103,3 bilhões em salários e outras

remunerações (IBGE, 2016). Em relação ao conjunto das empresas ativas no país, as de alto crescimento representavam 0,7% e abrangiam 10,8% do pessoal ocupado total. Conforme dados de 2012 do IBGE (2014), as empresas de alto crescimento responderam por 58,3% do pessoal ocupado assalariado. As startups são atualmente 10.132, destaca a Abstartup (2018).

Desta forma, as startups cumprem com a função de continuamente revitalizar a economia, trazendo produtos, processos e serviços inovadores, mas, para isso, necessitam dispor de um ambiente propício ao seu desenvolvimento.

Além dos modelos de apoio a startups existentes (incubadoras de empresas), em 2005, surge nos Estados Unidos, um novo modelo de apoio, que combina a oferta de capital semente e um programa de capacitação de mentoria, as aceleradoras de empresas. No Brasil, as primeiras aceleradoras surgem em 2011 e a partir de 2012/2013, em paralelo com o surgimento do Programa Start-Up Brasil, passam a ter uma intensificação de sua atuação (BARREIRO, 2016). Antes de tratarmos do Programa, vamos conhecer um pouco do perfil da startup no Brasil.

Perfil da Startup no Brasil

A Abstartups em parceria com a Accenture realizou, em 2017, um estudo com o objetivo de entender o momento da startup brasileira e o futuro do ecossistema de inovação. Este estudo apresentou uma radiografia (raio-X) de mais de mil empreendedores responsáveis por startups. Vejamos alguns números dos resultados encontrados.

Um dos primeiros dados trata da composição dos colaboradores das startups, na qual 49,07% são compostas apenas pelos sócios e 63,46% têm até 5 pessoas ocupadas, incluindo os sócios. Outro dado importante, é que 45,82% das startups têm até dois anos de constituição e 68,33% possuem faturamento anual abaixo de R\$ 50 mil. Por sua vez, a fonte inicial de investimento das startups são as reservas pessoais dos sócios, para 76,22%. Das mais de mil startups pesquisadas, 45% já participaram de programa de aceleração ou incubação, segundo Abstartups (2018).

As startups formalizadas, com CNPJ, correspondem a 69,72% das pesquisadas e a fonte de inspiração da ideia da startup vem de uma ideia original para 77,84% das empresas. As duas principais áreas de atuação por segmento são serviços profissionais, com 16,24% e TI e Telecom, com 11,02% (ABSTARTUPS, 2018).

Dentre várias tecnologias utilizadas nas soluções das startups, os dois resultados principais apresentados foram Analytics/Big Data, com 36,89%, e Cloud, com 23,09%. Outro resultado importante é que 41,53% do perfil de clientes das startups são empresas (B2B) e para 34,11% são empresas e consumidores (B2B2C). Assim, os quatro principais problemas do cliente atendidos pela startup são: inovação em produtos ou serviços (20,53%), simplificação de processos (19,72%), redução de custos (18,10%) e aumento de produtividade (16,47%). Além destes números, outro resultado interessante é que 44,20% das startups atuam no modelo baseado no SaaS. Por fim, o principal desafio para os próximos três anos, segundo os

pesquisados, trata-se do engajamento do consumidor (22,78%) (ABSTARTUPS, 2018). Deste modo, conhecendo um pouco do perfil das startups podemos avançar para o Programa Start-Up Brasil.

O Programa Start-Up Brasil

O Start-Up Brasil é um programa nacional de aceleração de startups, em parceria com aceleradoras. Foi planejado para um ciclo inicial de três anos, sendo lançado em novembro de 2012, constituído de três edições (BARREIRO, 2016).

A primeira edição aconteceu entre o segundo semestre de 2012 e o segundo semestre de 2015. Foram qualificadas nove aceleradoras para esta edição. Ocorreram duas rodadas de seleção (Turmas 1 e 2), em que apoiaram-se 94 startups. A segunda edição aconteceu entre o segundo semestre de 2013 e primeiro semestre de 2016. Com o objetivo de ampliar a abrangência do programa e oferecer mais opções aos empreendedores, o número de aceleradoras aumentou para 12 nesta edição. Ocorreram também duas rodadas de seleção (Turmas 3 e 4), em que foram apoiadas 89 startups.

A Tabela 1 apresenta um resumo dos números de aceleradoras e startups apoiadas pelo programa, bem como a localização destas. Podemos observar que as aceleradoras ficaram concentradas na região Sudeste (aproximadamente 67%), com predominância dos Estados do Rio de Janeiro (5) e São Paulo (4). Além desta concentração das aceleradoras, a concentração das startups também aconteceu na região Sudeste, havendo 97 empresas apoiadas, em torno de 53%, com destaque para São Paulo, com 55 empresas. Outro dado importante é que o programa também apoiou startups internacionais (quase 12%) que queriam implantar o modelo de seus negócios no país.

Barreiro (2016) enfatiza a terceira edição, que estava prevista para acontecer a partir do segundo semestre de 2014, mas devido à conjuntura econômica do país houve uma pausa no programa, que retomou no primeiro semestre de 2018 com a seleção e apoio da Turma 5.

Tabela 1 – Número e distribuição geográfica das aceleradoras e Startups participantes do Programa Start-Up Brasil das Turmas 1 a 4.

PORTFÓLIO	NÚMEROS DAS TURMAS 1 A 4
Aceleradoras	18
* Regiões	3 [Nordeste (4), Sudeste (12) e Sul (2)]
* Estados	8 [Ceará (1), Pernambuco (2), Bahia (1), Minas Gerais (2), Espírito Santo (1), Rio de Janeiro (5), São Paulo (4) e Rio Grande do Sul (2)]
Startups	183
* Nacionais (Estados)	17 [Pará (2), Ceará (2), Rio Grande do Norte (4), Paraíba (2), Pernambuco (14), Alagoas (4), Bahia (4), Distrito Federal (4), Goiás (6), Mato Grosso do Sul (1), Minas Gerais (21), Espírito Santo (3), Rio de Janeiro (18), São Paulo (55), Paraná (5), Santa Catarina (4) e Rio Grande do Sul (13)] = 162 startups
* Internacionais (Países)	13 [Argentina (1), Chile (1), Colômbia (1), Equador (1), Uruguai (1), Peru (1), Estados Unidos (9), México (1), Alemanha (1), Itália (1), Suíça (1), Irlanda (1) e Índia (1)] = 21 startups

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do site startupbrasil.org.br (2019).

Para a seleção das cinco turmas do programa, houve 3.315 inscrições de 24 estados e mais de 57 países. Dessas, 229 startups de 17 estados e 13 países foram apoiadas para receber o apoio do programa (Governo) no montante total de cerca de R\$ 43,7 milhões. As selecionadas recebem até R\$ 200 mil em bolsas de PD&I, na modalidade DTC (Desenvolvimento Tecnológico em TICs) para os empreendedores e novos profissionais necessários à implementação do projeto. Estas bolsas variam de R\$ 2.500,00 a R\$ 8.000,00 mensais, de acordo com a formação e experiência profissional do bolsista (START-UP BRASIL, 2018).

Nos próximos dois tópicos há uma separação dos dados, sendo tratados no item a seguir, as turmas de 1 a 4; e no item posterior, a turma 5. Isto foi necessário devido às quatro primeiras turmas já terem encerrado, trazendo resultados do que fora realizado. Por outro lado, a Turma 5 ainda está em andamento não possuindo números referente a investimentos de aceleradoras e novos investidores, evolução das startups e crescimento do faturamento.

Números das turmas 1 a 4

Para as quatro primeiras turmas houve 2.857 inscrições, das quais 226 startups foram selecionadas e 183 destas firmaram contrato (foram apoiadas) com as aceleradoras. Estas 183 startups desenvolvem soluções para mais de 15 setores da economia, com destaque para educação (21 empresas) e varejo (16 empresas), conforme podemos observar na Tabela 2.

Tabela 2 – Números das Turmas 1 a 4 em relação a propostas, Startups, setores mais representados e investimentos.

	Turma 1	Turma 2	Turma 3	Turma 4
Propostas	908	709	601	639
* Nacionais	74%	75%	91%	84%
* Internacionais	26%	25%	9%	16%
Startups Selecionadas	56	63	52	55
Startups Apoiadas	45	49	49	40
* Nacionais	38	46	41	37
* Internacionais	7	3	8	3
Setores + Representados				
* Educação	11	6		4
* Varejo	6	5	5	
* Moda e Beleza		5	4	
* Logística e Transporte	3		5	3
* TI e Telecom	3	4		5
* Eventos e Turismo	3			
* Finanças	3			4
* Mídia e Comunicação		4	3	
* Saúde			4	9
* Agronegócio			4	3
Divisão por Gênero				
* Masculino	87,6%	86,9%	89,2%	79,6%
* Feminino	12,4%	13,1%	10,8%	20,4%
Aceleradoras	9	9	12	12
Invest. Governo	RS 7,7 mi.	RS 9,2 mi.	RS 9,4 mi.	RS 7,7 mi.
Invest. Aceleradoras	RS 1,7 mi.	RS 1,8 mi.	RS 2,3 mi.	RS 1,6 mi.
Invest. Novos Investidores	RS 9,6 mi.	RS 24,5 mi.	RS 12,2 mi.	RS 7,5 mi.

FONTE: Elaborado pelos autores com base nos dados do site startupbrasil.org.br (2019).

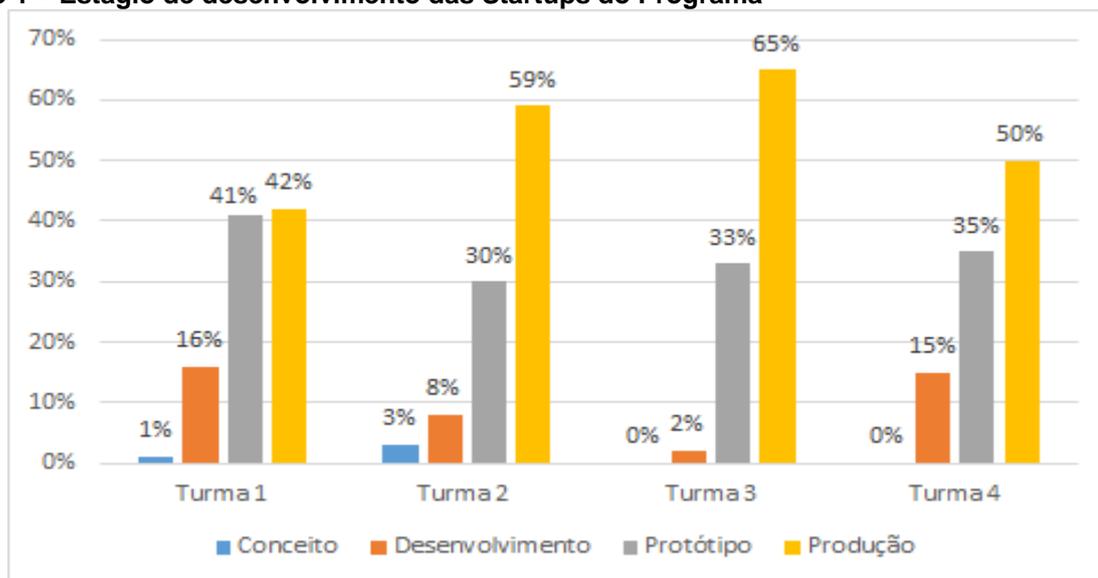
Outro dado interessante apresentado na Tabela 2 é quanto à divisão por gênero na constituição das empresas, onde, na média, 85,80% são formadas por pessoas do sexo masculino, e somente 14,20% são do sexo feminino.

A tabela também apresenta os valores de investimentos realizados, sendo investidos mais de R\$ 34 milhões através do Governo Federal (Programa Start-up Brasil). Além dos investimentos do governo, as startups ainda receberam investimentos financeiros por parte das aceleradoras de, no mínimo, R\$ 20 mil por startup. Assim, elas investiram, nas turmas de 1 a 4, cerca de R\$ 7,4 milhões.

Como as aceleradoras são um trampolim para as startups, sendo que estas também receberam investimentos por meio de novos investidores, onde este montante ultrapassou os R\$ 53,8 milhões. Com isto, os números mostram que a partir do investimento inicial do Governo de R\$ 34 milhões foram gerados mais R\$ 61,2 milhões de investimentos privados (aceleradoras e novos investidores), ou seja, valor 80% maior do que o setor público investiu.

Para participar do Programa Start-Up Brasil, as empresas precisam estar há pelo menos dois anos no mercado. Mesmo que as empresas ainda estivessem no estágio de conceito do produto ou serviço, elas poderiam participar do programa, como foi o caso de 1% das startups da Turma 1 e para 3% delas da Turma 2. O Gráfico 1 apresenta o estágio de desenvolvimento das empresas pertencentes ao programa, referente as quatro primeiras turmas.

Gráfico 1 – Estágio de desenvolvimento das Startups do Programa



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do site do MCTIC (2019).

A Turma 3 foi a que apresentou o estágio mais avançado em relação a produção (65%), isto é, apenas 2% das startups estavam desenvolvendo o produto, enquanto 33% estavam na fase de prototipagem, ficando o restante concentrado no resultado final, ou seja, produzir o produto.

Evolução e faturamento das Turmas 1 a 3

Esta seção foi ramificada da anterior em função de não conseguirmos encontrar informações sobre o crescimento e faturamento da Turma 4. Portanto, apontamos aqui as informações encontradas apenas das Turmas 1 a 3.

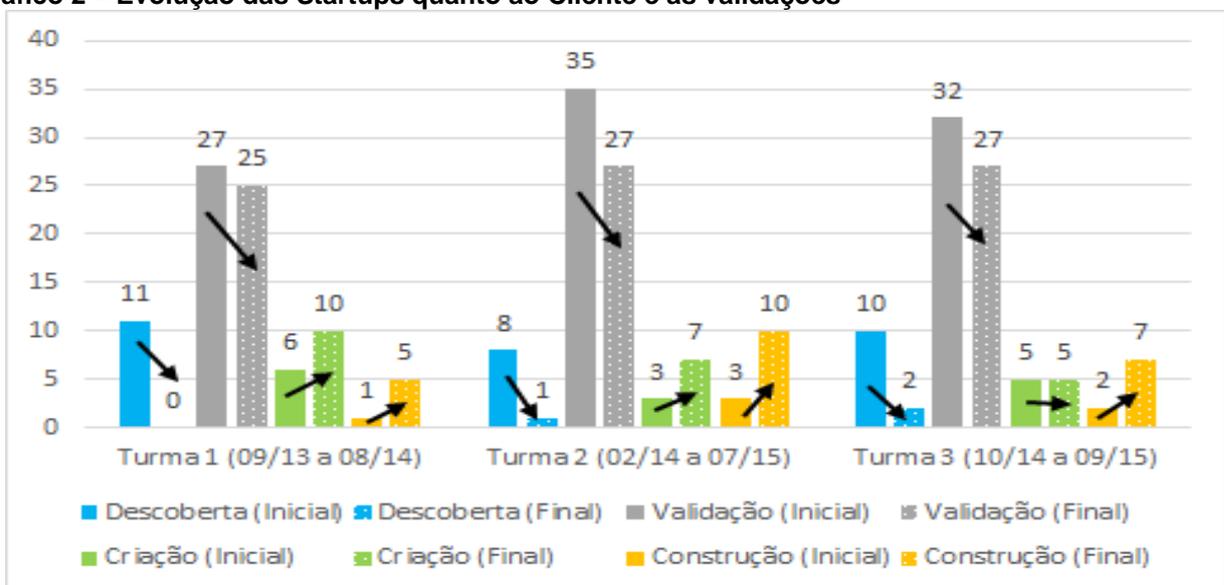
Apesar do site do MCTIC apresentar os dados do estágio de desenvolvimento das startups do programa, os Books do Demo Day Start-up Brasil das Turmas 1 a 3 apresentam dados diferentes

referentes às empresas. Ou seja, ao invés de focar no conceito ou produção do produto ou serviço, o programa foca na evolução das startups em relação ao cliente e as validações junto ao mercado.

Desta forma, segundo Blank (2013), antes da empresa construir o conceito do produto, é preciso entender quem será o seu cliente e se a solução proposta resolve efetivamente um problema identificado por esse cliente, na etapa de Descoberta do Cliente (Customer Discovery). No passo seguinte, é preciso entender se há um mercado para essa solução, ou seja, se ela se sustenta como negócio do ponto de vista financeiro e se há clientes dispostos a pagar por ela, conhecida como Validação do Cliente (Customer Validation). Na sequência, entra-se numa fase de crescimento inicial, chamada Criação de Clientes (Customer Creation), onde o negócio deve organizar-se para ser capaz de ganhar tração. Finalmente, a empresa entra em um estágio mais maduro, de seu próprio crescimento, chamado de Construção da Empresa (Company Building).

O Gráfico 2 traz os números deste processo para as Turmas 1 a 3, mostrando que a queda em um item representa o crescimento em outro.

Gráfico 2 – Evolução das Startups quanto ao Cliente e as validações



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do site startupbrasil.org.br (2019).

A queda mais significativa na descoberta do cliente foi na Turma 1, na qual haviam 11 empresas nesta condição e ao final do período estava em zero. Por sua vez, a validação do cliente obteve uma representação maior na Turma 2, saltando de 35 no período inicial para 27 ao final do período consultado, uma queda de 22,9%.

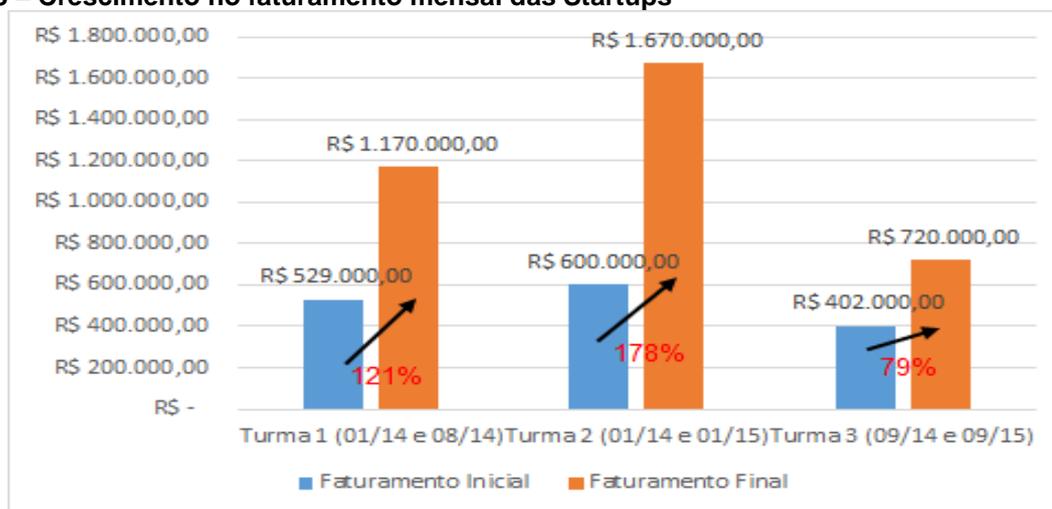
Após estas duas primeiras evoluções, que estão focadas em descobrir o cliente e saber se o mercado irá aceitar o seu produto ou serviço, as duas evoluções restantes ficam encarregadas de gerar atração e consolidar o negócio. Assim, as empresas que mais se destacaram na criação dos clientes também foram da Turma 2, onde avançaram de 3 para 7 empresas (crescimento de 133,3%) neste item. A última evolução é a construção da empresa, em que a Turma 1 revelou-se com o maior crescimento de 1 para 5 startups (aumento de 400%).

Claro que todos os resultados foram positivos. Se somarmos o número de empresas em cada evolução, referente ao primeiro período, veremos que será o mesmo número de startups apoiadas, conforme apresentadas na Tabela 2. Por outro lado, se somarmos o número de empresas no período final, teremos um número menor do que as que iniciaram. Isto ocorre devido ao fato de que, na Turma 1, das 45

startups apoiadas, cinco delas (11,1%) encerraram suas operações. Na Turma 2, este número diminuiu consideravelmente, haja visto que das 49 apoiadas, apenas duas (4,1%) encerraram suas operações. As restantes (duas empresas) foram adquiridas por outras empresas. Por sua vez, na Turma 3 o número de startups que encerraram as operações passou a ser preocupante, pois sete empresas (14,3%) encerraram suas operações das 49 apoiadas e a empresa restante foi adquirida por outra.

Outra informação relevante destas turmas foi o crescimento do faturamento. Podemos verificar através do Gráfico 3 o aumento ocorrido no período inicial do programa e alguns meses após a interação com as aceleradoras. Além disso, o gráfico 3 nos mostra que a Turma 2 foi a que apresentou o maior crescimento no valor do faturamento mensal, chegando após um ano a 178%. Isto quer dizer que juntas as empresas que faturavam apenas R\$ 7,2 milhões por ano passaram a faturar R\$ 20,04 milhões por ano.

Gráfico 3 – Crescimento no faturamento mensal das Startups



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do site startupbrasil.org.br (2019).

Os poucos dados da turma 5

Após a exposição dos dados e resultados das turmas 1 a 4, esta seção irá tratar brevemente da Turma 5, pois, como dito acima, ainda está em andamento e por este motivo não possui muitas informações. Após uma paralisação entre 2015 e o fim de 2017, o Start-Up Brasil voltou com um novo ciclo de aceleração, com apenas uma rodada de seleção (Turma 5), na qual foram apoiadas 46 empresas. A Tabela 3 traz os poucos números disponíveis desta turma.

Esta turma foi a que apresentou o menor número de propostas (460) e a única que não selecionou nenhuma startup internacional. Outra informação interessante, seguindo a tendência da Turma 4, o setor de Saúde (7 empresas) foi o mais representado dentre as selecionadas.

Como esta turma pertence a terceira edição, o número de aceleradoras aumentou para 13. A expectativa de investimentos do Governo é de R\$ 9,7 milhões. Ainda não é possível estimar os investimentos das aceleradoras e dos novos investidores.

Tabela 3 – Números da Turma 5 em relação a propostas, startups, setores mais representados e investimentos do Governo

	Turma 5
Propostas	460
Startups Selecionadas	50
Startups Apoiadas	46
* Nacionais	46
* Internacionais	0
Setores + Representados	
* Educação	3
* Varejo	3
* TI e Telecom	4
* Finanças	3
* Saúde	7
Divisão por Gênero	
* Masculino	78,3%
* Feminino	21,7%
Aceleradoras	13
Invest. Governo	RS 9,7 mi.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do site startupbrasil.org.br (2019).

Efeitos da turma 1

Muitos números, dados e informações foram apresentados nesta seção. Assim, procuramos aqui avançar um pouco mais nos efeitos deste programa e trazer algumas análises que a política impacta na sociedade.

Desta forma, quando as aceleradoras e os novos investidores injetaram nas startups da Turma 1 R\$ 11,3 milhões (Tabela 2) e o Governo mais R\$ 7,7 milhões (Tabela 2), podemos entender a importância do programa. Vejamos, foram R\$ 3,6 milhões (46,8%) de investimentos do setor privado (aceleradoras e novos investidores) maior do que o investimento público. Isto representa que para cada R\$ 1,00 do governo, R\$ 1,47 foram de investimentos externos.

Esta turma era composta por 45 startups e em 2014 obtiveram um faturamento de R\$ 10,7 milhões. Assim, considerando apenas as deduções sobre a receita bruta (9%), as startups retornaram aos cofres públicos, em 2014, cerca de R\$ 1 milhão, ou seja, aproximadamente 13% do investimento do governo nesta Turma. As oito empresas mais evoluídas geraram em um ano, 83 novos postos de trabalho, número este que justifica-se pela necessidade que possuem em atrair recursos humanos qualificados (BARREIRO, 2016). E, apenas 11% das startups encerraram suas atividades (Gráfico 2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É clara a crescente importância do apoio aos empreendimentos nascentes inovadores (startups) no Brasil, bem como da política de inovação para o desenvolvimento de competências produtivas e tecnológicas na atividade industrial, mas de maneira geral, ainda é pulverizado, sem foco e na maioria dos casos sem continuidade. O que fica evidente é que ações públicas de grande porte, capazes de intensificar o investimento em startups inovadoras, com objetivos bem

definidos e de caráter permanente, não são estabelecidas pelas políticas públicas, apesar de ainda necessárias.

Porém, quando o governo realiza políticas bem estruturadas e organizadas, os resultados são atrações de recursos privados que colaboram para que a política tenha efetividade. Assim, os dados apresentados neste artigo mostraram que nas quatro primeiras turmas o investimento externo e das aceleradoras nas startups superou o investimento público, ou seja, para cada R\$ 1,00 investido pelo governo, as empresas privadas (aceleradoras e novos investidores) investiram R\$ 1,80, representando 80% a mais que o valor investido pelo governo.

Esta participação do governo juntamente com as empresas privadas é visualizada diretamente no rendimento da startup, pois o faturamento médio mensal, nas três primeiras turmas, aumentou cerca de 133%. Assim, quando falamos do aumento de faturamento, identificamos consequências que beneficiam também governo, como por exemplo, aumento da arrecadação de impostos, uma vez que as empresas pagarão mais impostos e estes serão retornados ao governo que fez o investimento inicial através do programa. Além disso, outro resultado que o programa contribuiu foi para a geração de empregos. Portanto, o investimento gerou crescimento para as empresas, que gerou mais emprego, mais renda, mais consumo, mais impostos, mais investimentos, mais crescimento, mais desenvolvimento.

Desta forma, a fundamentação teórica e as evidências empíricas apresentadas apontam que houve por parte do poder público uma busca por mecanismos de apoio à inovação e ao empreendedorismo e que, em alguma medida, o Brasil avançou nesse objetivo, porém ainda há lacunas e inúmeros desafios para um efetivo desenvolvimento de políticas públicas para o empreendedorismo inovador no país.

Após os resultados positivos alcançados pelo Programa Start-Up Brasil, e no intuito de ampliar o escopo de ações voltadas à geração e apoio à inovação e ao empreendedorismo, o MCTIC e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), com a colaboração da Softex e do CNPQ, formalizaram parceria para criação de um novo programa para o fomento de startups de base tecnológica, o Programa Conexão Start-Up Brasil, que estava em fase final de planejamento e tinha previsão de operação para o primeiro trimestre de 2019.

REFERÊNCIAS

ABSTARTUPS. **Aprenda já o que é capital semente.** Disponível em: <https://abstartups.com.br/2017/01/18/aprenda-ja-o-que-e-o-capital-semente/>. Acesso em: 17 de dezembro de 2018.

ABSTARTUPS. **O momento da Astartup brasileira e o futuro do ecossistema de inovação.** São Paulo: Abstartups, 2018.

ACCENTURE. **O que fazemos.** Disponível em: <https://www.accenture.com/br-pt/company>. Acesso em: 17 de dezembro de 2018.

ACESTARTUPS. **O que é uma aceleradora de startup?** Disponível em: <https://acestartups.com.br/o-que-e-uma-aceleradora-de-startups/>. Acesso em: 17 de dezembro de 2018.

AUDRETSCH, D.B.; BECKMANN, I.A.M. From small business to entrepreneurship policy. P.36-53. In: AUDRETSCH, D.B.; GRILLO, I.; THURIK, A.R. (Eds.). **Handbook of Research on Entrepreneurship Policy**. Cheltenham, Edward Elgar, UK. 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARREIRO, J. H. L. C. **Programa Start-Up Brasil**. In: Andrade, A. F. B. (Org.) **Ações premiadas no 20º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal – 2015**. Brasília: ENAP, 2016.

BLANK, S. **The four steps to the epiphany: Successful strategies for products that win**. 2nd edition. California, Steve Blank, 2013.

BRASIL. Lei 8.248, de 23 de outubro de 1991. **Capacitação e Competitividade do Setor de Informática e Automação**. Brasília, DF, outubro de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8248.htm. Acesso em: 14 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. **Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES e Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP**. Brasília, DF, novembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm. Acesso em: 14 fev. 2019.

CICCONI, Eduardo Garbes. **Empreendedorismo (Capítulo 01)**. P. 01-14. In: PORTO, Geciane. **Gestão da inovação e empreendedorismo**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

CNI. **MEI - Mobilização Empresarial pela Inovação (2016-2017)**. Pequenas e Médias Empresas Inovadoras e Startups. Disponível em: http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2016/12/16/570/PME_startups_web.pdf. Acesso em: 10 fev. 2019.

DIEESE. **Considerações sobre o Plano Brasil Maior**. 2011. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2011/notaTec102PlanoBrasilMaior.html>. Acesso em: 16 fev. 2019.

EXAME. **O que é uma startup?** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/pme/o-que-e-uma-startup/>. Acesso em: 17 de dezembro de 2018.

FAST CHANNEL. **B2C, B2B, B2E, B2G, B2B2C, C2C e Marketplace. Qual a diferença entre eles?** Disponível em: <http://www.fastchannel.com/blog/b2c-b2b-b2e-b2g-b2b2c-c2c-e-marketplace-qual-diferenca-entre-eles>. Acesso em: 17 de dezembro de 2018.

FLORY, H.; ANDREASSI, T.; TEIXEIRA, M. A. C. **Políticas públicas de empreendedorismo para a população de baixa renda: Transformando necessidades em oportunidades**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 19, n. 62, Jan./Jun. 2013.

FREIRE, *et al.* **Inovação e Empreendedorismo: Políticas públicas e ações privadas**. Novos estudos. CEBRAP: São Paulo. V36, p. 51-76, novembro, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/v36n3/1980-5403-nec-36-03-51.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

G1. **Número de empresas de 'alto crescimento' cai 17% em 2015, diz IBGE**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/numero-de-empresas-de-alto-crescimento-cai-17-em-2015-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 17 de dezembro de 2018.

HART, D. M. **Entrepreneurship policy: What it is and where it came from**. In: _____ (Org.). **The emergence of entrepreneurship policy: Governance, start-ups, and growth in the U.S. knowledge economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

IBGE. **Demografia das empresas: 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IBGE. **Demografia das empresas: 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IPEA. **Políticas de apoio à inovação tecnológica no Brasil: avanços recentes, limitações e propostas de ações/organizadores**: Lenita Maria Turchi, José Mauro de Moraes. Brasília: Ipea, 2017.

LUNDSTRÖM, A.; STEVENSON, L. **Entrepreneurship Policy: Theory and Practice**. Springer, New York. 2005.

MCTI. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2012- 2015)**. Disponível em: <http://www.certics.cti.gov.br>. Acesso em: 08 nov. 2018.

MCTIC. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Start-Up Brasil divulga 50 projetos selecionados para turma 5 do programa**. 2018. Disponível em: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/salalmprensa/noticias/arquivos/2018/02/StartUp_Brasil_divulga_50_projetos_sel_eccionados_para_turma_5_do_programa.html. Acesso em: 16 fev. 2019.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Proposta de Teses e Diretrizes para a Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios: Consulta Pública**. Brasília, DF. 2012.

MELO *et al.* **Política industrial como política de inovação: notas sobre hiato tecnológico, políticas, recursos e atividades inovativas no Brasil**. *Revista Brasileira de Inovação*. Campinas (SP), 14, n. esp., p. 11-36, julho 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8649098>. Acesso em: 20 dez. 2018.

PACHECO, C. A.; ALMEIDA, J. G. **A política de inovação**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 219, maio 2013.

RELATÓRIO PBM 2011 - 2014. **Plano Brasil Maior: Inovar para Competir. Competir para Crescer**. Balanço Executivo 2011-2014. Disponível em: <https://old.abdi.com.br/Estudo/Relatorio%20PBM%202011-2014.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

SALESFORCE. **O que SaaS?** Disponível em: <https://www.salesforce.com/br/saas/>. Acesso em: 17 de dezembro de 2018.

SCHUMPETER, Joseph. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1982.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Zahar Editores S.A., Rio de Janeiro, 1984.

SEBRAE. **Como as incubadoras de empresas podem ajudar o seu negócio**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/as-incubadoras-de-empresas-podem-ajudar-no-seu-negocio>. Acesso em: 17 de dezembro de 2018.

SOFTEX. **Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro**. 2018. Disponível em: <https://www.softex.br/a-softex/>. Acesso em: 17 dez. 2018.

SOUZA, C. A. de. **Políticas de estímulos à inovação na indústria brasileira: intenções e resultados**. 2017. Dissertação (Mestrado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/152147>. Acesso em: 20 dez. 2018.

SOUZA, D. L.; SOUZA, J. B.; PASIN, L. E. V.; ZAMBALDE, A. L. **Empreendedorismo e desenvolvimento local: Uma análise do programa microempreendedor individual em Minas Gerais**. *Desenvolvimento em Questão*, v. 14, n. 37, p. 262-292, 2016.

SOUZA. L. C. T. **Micro e pequenas empresas de software no âmbito das atuais políticas nacionais de fomento à inovação e de propriedade intelectual. Estudo de Caso: Rede Rio TI Serviços**. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação). Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI. Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Inovação, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/academia/arquivo/arquivos-biblioteca/SOUZALuizClaudioTeixeira2014.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

START-UP BRASIL. **Acelerando o ecossistema nacional de startups**. Disponível em: <https://www.startupbrasil.org.br>. Acesso em: 17 de dezembro de 2018.

STARTUPI. **Start-Up Brasil: conheça as 46 startups selecionadas para a Turma 5**. 2018. Disponível em: <https://startupi.com.br/2018/05/start-up-brasil-conheca-as-46-startups-selecionadas-para-a-turma-5/>. Acesso em: 20 dez. 2018.

TI MAIOR. **Programa Estratégico de Software e Serviços de TI - 2012-2015**. 2015. Disponível em: http://assespro.org.br/files/assespro/biblioteca/documentos/20120820_timaior_programasoftware.pdf. Acesso em: 17 dez. 2018.

VIA – Estação Conhecimento. **Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**. 2018. Disponível em: <http://via.ufsc.br/serie-habitats-de-inovacao-aceleradoras/>. Acesso em: 17 dez. 2018.